



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE PORTO VELHO 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Proteção Social Básica (PSB).....	6
2.1 Estrutura Física.....	7
2.2. Recursos Humanos.....	9
2.3 Serviços.....	12
2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	12
2.3.2. Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	13
2.3.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	15
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	16
3.1 Estrutura Física.....	17
3.2. Recursos Humanos.....	19
3.3. Serviços.....	21
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	21
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	23
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	24
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	26
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	28
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	30
4.1 Estrutura Física.....	30
4.2 Recursos Humanos.....	33
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	35
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	36
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	37
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	37
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	38
5. Considerações finais.....	39

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva regionalizada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Porto Velho, que compreende os municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste.

De acordo com o Censo Demográfico 491.292 pessoas residem nos três municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste período de referência cerca de 268.655 encontravam-se inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 55% da população regional.

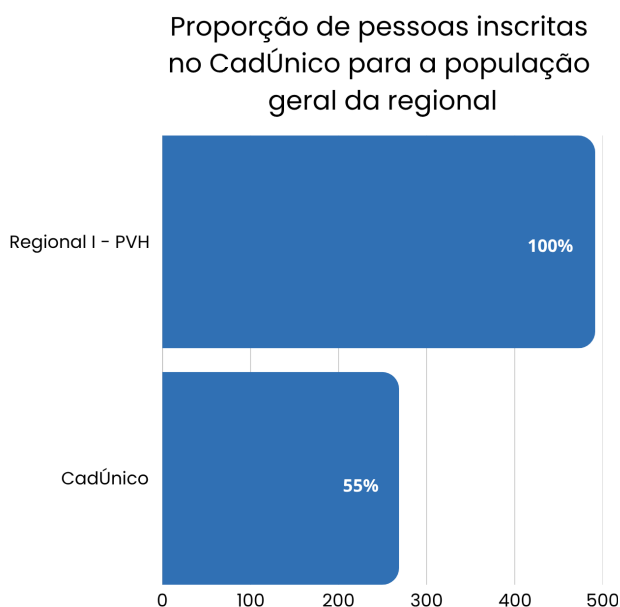


Gráfico 1

Fonte: Vigilância Socioassistencial 2025

No período correspondente ao Censo do IBGE, da população total de inscritos cerca de 52,2% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), aproximadamente 23,1% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e 24,7% (acima de meio salário mínimo), ou seja, os dados do CadÚnico indicam que cerca de 75,3% da população de inscritos na regional, encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde à 201.491 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

**Proporção de pessoas em situação de pobreza
no CadÚnico na Região I - PVH**

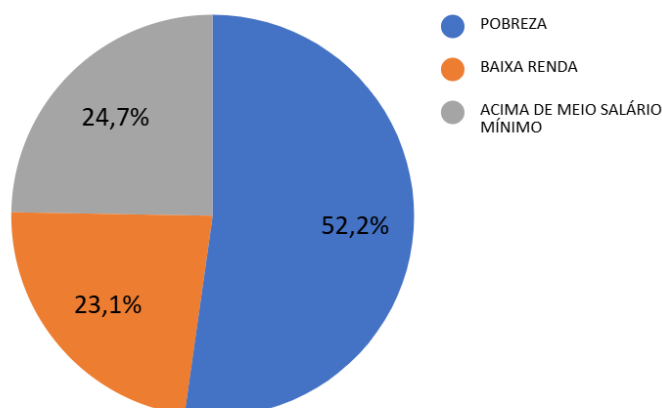


Gráfico 2

Fonte: Vigilância Socioassistencial

É necessário pontuar que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social, consequentemente elevando este indicador. Os dados disponíveis no CadÚnico (out/2025) apontam que encontram-se inscritas 202.609 pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 79.472 famílias, o que corresponde a uma média de 2,54 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com 9 (nove) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 7 (sete) CRAS grande porte capaz de referenciar até 5.000 famílias;
- 1 (um) CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 1 (um) CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 41.000 mil famílias, capacidade inferior ao público potencial que atualmente encontra-se qualificado dentro da base de dados do CadÚnico. O que indica um *déficit* de 38.472 famílias, e aproximadamente 97.718 pessoas sem a garantia de atendimento dentro dos padrões de qualidade e normativos estabelecidos vigentes da rede SUAS. Soma-se a isto o fato que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade sócio-territorial. Além da alta vulnerabilidade e da insuficiente cobertura de serviços socioassistenciais, a área territorial total corresponde a 45.016,4 km² o que impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial estão complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terras indígenas (T.I. Kaxarari, T.I.

Karipuna, T.I. Karitiana é a área de referência do Povo Cassupá e Salamã), comunidades ribeirinhas de acesso predominantemente fluvial no Médio e Baixo Madeira, assentamentos rurais, agricultores familiares e populações extrativistas vivendo em Unidades de Conservação.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persiste o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de Porto Velho o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 12,5% regulares, 62% suficientes e 25% insuficientes.

Os dados indicam que cerca de 75% dos equipamentos da regional possuem condições para oferta dos serviços da proteção social básica, mas que a maior parte classificados como “suficientes”, ainda necessitam investir em melhorias para que padrões mais adequados sejam alcançados, como acessibilidade e estrutura completa para desenvolvimento dos trabalhos. Os equipamentos classificados “insuficientes” representam uma parte significativa das unidades, um quarto das dos equipamentos, fato que representa um ponto de atenção às gestões municipais.

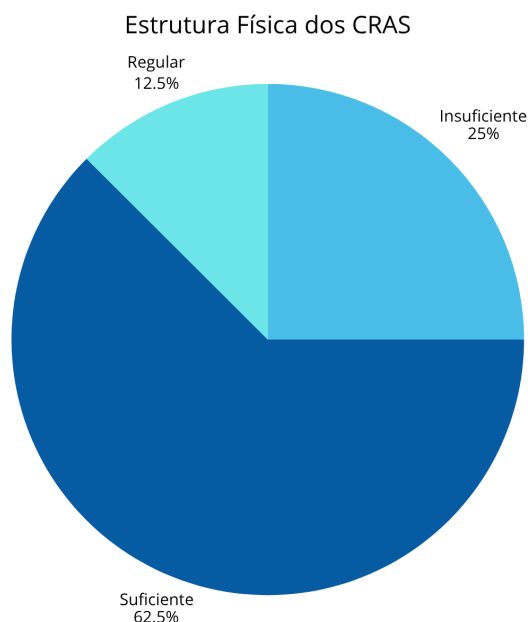


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial 2025

Dentre os pontos de identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes:

- Funcionamento ampliado e contínuo (07h às 17h) favorece o acesso da população trabalhadora e garante boa cobertura territorial.

- Ambientes climatizados, iluminados e organizados, o que contribui para acolhimento qualificado e permanência confortável dos usuários.
- Condições para ampliação do espaço (quintal, área coberta e possibilidade de criação de novas salas) revelam potencial para expansão dos serviços.
- Acessibilidade parcial presente em alguns espaços e banheiros, mostrando esforços iniciais de adaptação.
- Computadores com internet banda larga nas principais salas, assegurando registro, encaminhamentos e atualização de sistemas administrativos.
- Ambiente próprio em vários equipamentos, fortalecendo estabilidade, identidade comunitária e continuidade das ações.
- Uso de fichas próprias de atendimento, demonstrando iniciativa da equipe em suprir lacunas operacionais enquanto aguardam instrumentais oficiais.

Pontos Fracos:

- A falta de um espaço plenamente acessível, com ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e adequações arquitetônicas básicas, tem limitado bastante o acesso à estrutura física à usuários portadores de deficiência e mobilidade reduzida.
- A ausência de salas disponíveis para realização de atendimentos individuais de forma a garantir a privacidade e intimidade dos usuários. Como também espaços precários para execução de oficinas e outras atividades coletivas importantes ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) prejudicam a qualidade da oferta.
- Outro ponto de fragilidade relaciona-se ao horário de funcionamento em algumas unidades que funcionam em período parcial, o que limita o acesso aos serviços da instituição aos usuários e vai de encontro com as orientações técnicas.
- A ausência de veículos nas unidades tem prejudicado a rotina e o planejamento dos trabalhos, principalmente as ações de busca ativa, visitas domiciliares e do serviço tipificado da proteção social básica no domicílio.
- A ausência de instrumentos padronizados de acompanhamento familiar como: prontuários físicos do SUAS no âmbito do equipamento tem fragilizado a realização de acompanhamento das famílias no PAIF por meio da utilização de instrumentos inadequados para essa função.

Seguindo adiante, dos Centros de Convivência avaliados nessa regional, nenhum foi classificado como irregular ou superior. Das unidades monitoradas na regional cerca de: 25% se enquadram em regular, 25% em insuficiente e 50% em suficiente. Desse modo, 75% apresentam condições adequadas para prestação do serviço à população, mas a maior parte ainda deve se atentar para aspectos que fragilizam a estrutura física e a qualidade da oferta aos usuários.

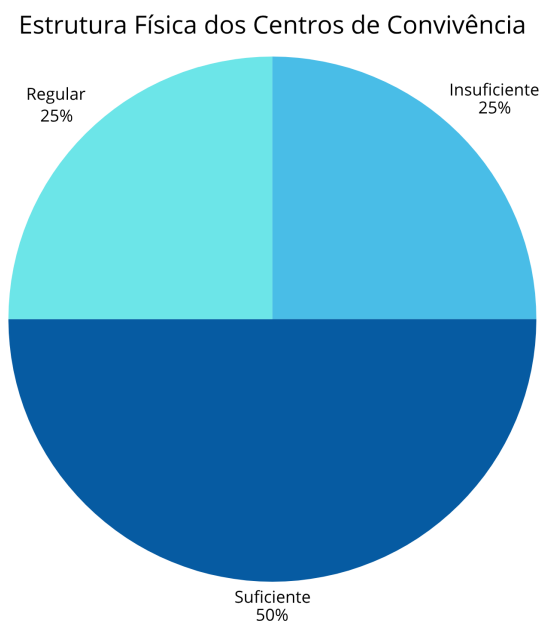


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Durante o monitoramento, foi possível verificar alguns pontos de fragilidade, como unidades com necessidade de reforma devido a precariedade da estrutura predial, como também a ausência de acessibilidade e falta instrumentais técnicos para qualificação dos usuários atendidos nos Centros.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação ao CRAS: 50% insuficiente, 25% suficiente, 12,5% regulares e 12,5% irregulares. Verifica-se que ao menos 62,5% dos equipamentos encontram-se com RH em desconformidade com as normativas técnicas, o que fragiliza a capacidade de uma oferta que atenda integralmente às necessidades socioassistenciais dos usuários. Conforme ilustrado de maneira gráfica abaixo:

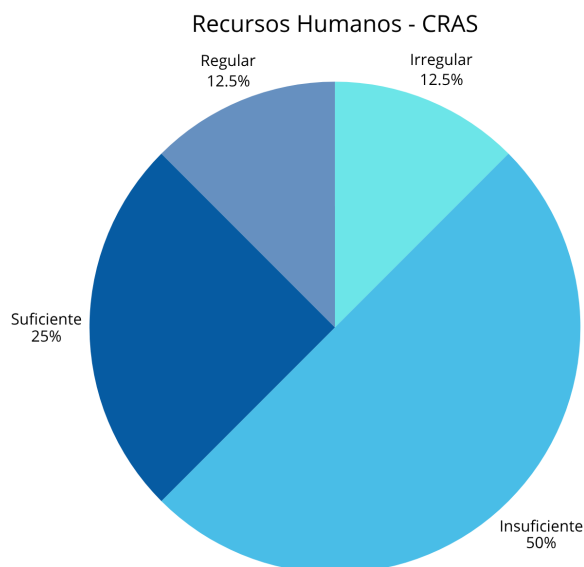


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos pontos observados *in loco* durante o processo de monitoramento destacam-se:

Pontos Fortes:

- Presença de equipe técnica multiprofissional (assistente social, psicólogo, pedagogo e coordenador), ainda que de forma parcial, garantindo algum atendimento à população.
- Existência de orientador social em algumas unidades, assegura operacionalização contínua do SCFV.
- Atuação complementar com projetos sociais (Ex. Polícia Mirim), fortalecendo ações socioeducativas junto a crianças e adolescentes.
- Equipes demonstram engajamento e comprometimento, percebido pela continuidade das atividades e pela adoção de procedimentos internos para suprir lacunas instrumentais.

Pontos Fracos:

- A ausência de equipes completas, uma ou mais profissionais exigidos no quadro mínimo de funcionários dentro de uma unidade de proteção social básica compromete a qualidade do serviço, fato que gera desequilíbrio na

gestão das tarefas e sobrecarrega de atividades.

- Ausência de educação permanente, capacitação inicial e formação continuada às equipes, em descumprimento com a normativa, fato somado à rotatividade de profissionais prejudicam a continuidade da prestação de serviços públicos e a elevação dos indicadores de qualidade dos serviços.

Voltando o olhar para os centros de convivência, percebe-se, através do gráfico abaixo, que cerca de 66,7% dos centros se classificam como insuficientes e 33,3% como suficientes. Esses dados são alarmantes pois refletem a instabilidade acerca da capacidade de ofertar os serviços regulamentados devido ao quadro de recursos humanos se encontrar defasado.

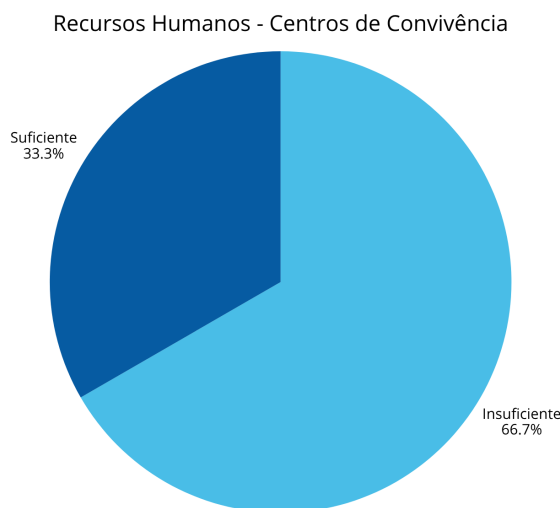


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Diante das análises realizadas nessa seção, é importante salientar que os recursos humanos representam um ponto central da rede socioassistencial para que os serviços sejam prestados de forma técnica atendendo ao princípio de proteção social integral toda equipe de referência deve dominar os aspectos fundamentais dos serviços, dos instrumentais, ações e estratégias para contribuir com a mitigação das vulnerabilidades no território, o fortalecimento dos recursos humanos da rede socioassistencial é condição para melhoria dos indicadores dos serviços.

2.3 Serviços

2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Porto Velho, os dados de monitoramento apontam que 12,5% dos equipamentos foram classificados como irregulares, 25% como insuficientes e 62,5% como suficientes, não havendo registros de unidades avaliadas como regulares ou superiores. Abaixo o gráfico com os indicadores da regional:

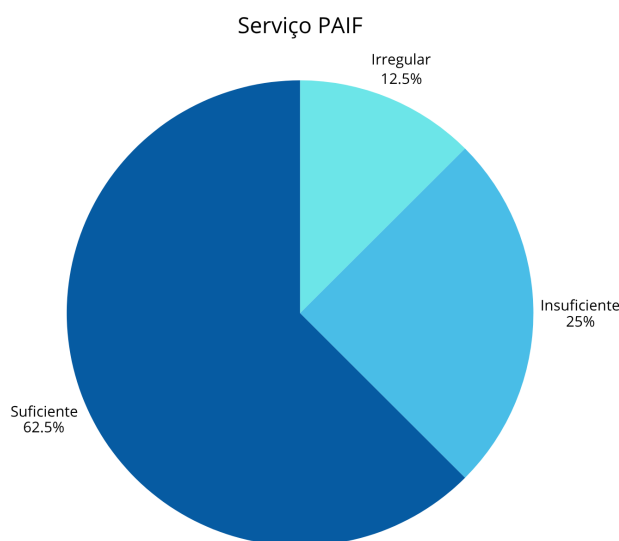


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial 2025

Dentre os principais pontos identificados:

Pontos fortes:

- Compreensão clara da equipe sobre a tipificação e objetivos do PAIF, indicando domínio técnico dos profissionais.
- Realização sistemática de acolhimentos, atendimentos e orientações, ainda que com acompanhamentos e encaminhamentos fragilizados.
- A equipe demonstrou empenho, organização interna e compromisso com os fluxos de trabalho, mesmo diante da alta demanda.

Pontos fracos:

- Fragilidade na utilização dos instrumentais técnicos, principalmente o Prontuário SUAS, o que prejudica o acompanhamento das famílias, o monitoramento dos encaminhamentos e a atualização qualificada das informações sobre condições e vulnerabilidades.
- Articulação fragilizada com as políticas setoriais (saúde, educação, segurança) e necessidade de fortalecer parcerias com projetos culturais, esportivos e artísticos, bem como ações de qualificação para o trabalho e inclusão social produtiva.
- Ausência de atendimentos coletivos, sobretudo as oficinas do PAIF, e ações coletivas pouco alinhadas aos dados regionalizados sobre riscos e vulnerabilidades do território, assumindo um caráter impessoal e orientado prioritariamente por campanhas temáticas do calendário, em detrimento de ações planejadas a partir da realidade social local.

Em síntese, a análise do PAIF na Regional de Porto Velho evidencia avanços pontuais na manutenção da oferta, porém ainda marcada por desafios significativos relacionados à qualidade do serviço. A predominância de classificações consideradas suficientes indica um patamar mínimo de funcionamento, mas com sinais de fragilidade que podem comprometer a efetividade do trabalho social com famílias. A limitação no uso dos instrumentais técnicos, a baixa articulação intersetorial e a ausência de ações coletivas planejadas a partir das vulnerabilidades territoriais revelam a necessidade de um esforço conjunto de gestão e equipe para o fortalecimento da metodologia do PAIF.

2.3.2. Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de

risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Porto Velho, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que todos os equipamentos estão classificados como irregulares, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI. Das principais fragilidades identificadas:

- Desconhecimento do serviço, revelando lacunas na formação e na gestão do SUAS. Muitas equipes ainda associam o atendimento domiciliar ou visitas pontuais ao PAIF. O serviço, que deveria promover acompanhamento continuado, estímulo à convivência e fortalecimento de vínculos, acaba sendo reduzido a visitas pontuais, resultando na invisibilidade de um público que requer atenção especial.
- Ausência de planejamento específico para sua execução, sem equipe designada ou previsão no plano de ação municipal. A falta de institucionalização impede a alocação adequada de recursos humanos e materiais, além de dificultar a articulação com políticas complementares, como saúde, mobilidade e acessibilidade. O serviço passa a ser tratado como atividade eventual, e não como parte estruturante da Proteção Social Básica.
- Atendimentos limitados a encaminhamentos externos, geralmente provenientes do Sistema de Garantia de Direitos, evidenciando a ausência de protagonismo do CRAS na identificação e acompanhamento das pessoas idosas e com deficiência. Essa lógica reativa descaracteriza a natureza preventiva e protetiva do serviço, reduzindo seu alcance e impacto no território.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Porto Velho ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Porto Velho, o monitoramento apontou que 60% dos serviços foram classificados como insuficientes, 20% como suficientes e 20% como superiores. Abaixo representação gráfica com indicadores regionais:

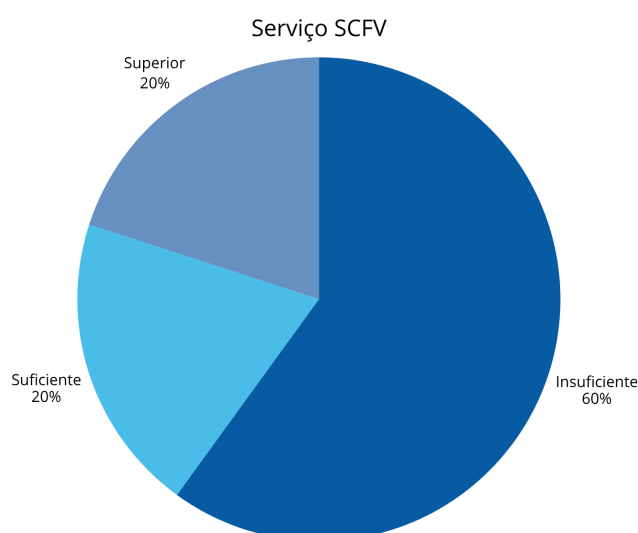


Gráfico 9

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos fortes:

- Oferta contínua de grupos por faixa etária, contemplando crianças, adolescentes e idosos.
- Trabalhos em grupos com temáticas transversais e direitos, o que reforça a perspectiva de convivência e fortalecimento de vínculos.

- Atividades diversas e atrativas em algumas unidades, como musicalidade, artes, cultura e atividades de vida diária, ampliando a participação dos usuários.
- Engajamento direto da equipe técnica nas atividades, fortalecendo vínculo e qualificando as ações socioeducativas.

Pontos fracos:

- Predomínio de atividades recreativas, com baixa regularidade e poucas ações voltadas ao fortalecimento de vínculos e à promoção de direitos. Não havendo trabalho com os eixos (Eu Comigo, Eu com o Outro e Eu com a Cidade) e percursos dos usuários planejados;
- Fragilidade na referência e contrarreferência com o CRAS, comprometendo o acompanhamento e a integração entre PAIF e SCFV;
- Falta de controle de frequência e de registros sistemáticos no SISC, dificultando o monitoramento e a avaliação do serviço;
- Necessidade de supervisão e capacitação contínua dos orientadores sociais e maior participação dos técnicos de referência do CRAS no planejamento e acompanhamento das atividades.

Em síntese, o SCFV na Regional de Porto Velho apresenta potencial de fortalecimento, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública. A baixa integração com o PAIF e a ausência de metodologia estruturada reduzem o impacto social esperado do serviço, que deve atuar de forma preventiva e proativa. O aprimoramento do serviço depende da consolidação de fluxos de referência e contrarreferência, da qualificação das equipes e da construção de agendas coletivas que dialoguem com as especificidades territoriais e com as demandas reais dos públicos atendidos.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção

especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Porto Velho evidenciou um cenário de equilíbrio entre classificações, com 33% das unidades avaliadas como insuficientes, 33% como suficientes e 33% como regulares. Apesar de parte dos equipamentos apresentar estrutura minimamente adequada ao funcionamento, o conjunto dos resultados indica fragilidades que comprometem a efetividade dos atendimentos e a qualidade da acolhida aos usuários.

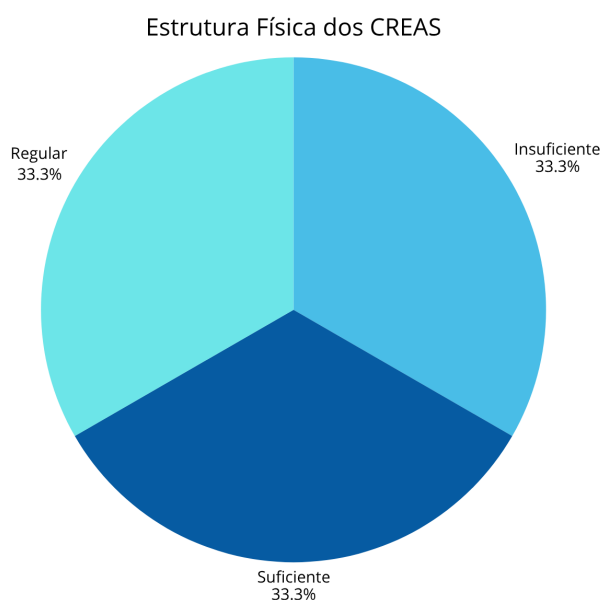


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Ambientes amplos e climatizados, favorecendo acolhimento e privacidade nas abordagens individuais e coletivas.
- Existência de salas específicas em algumas unidades para coordenação, atendimento individual, grupos, auditório e reuniões, o que atende

adequadamente às necessidades do CREAS.

- Condições gerais adequadas de limpeza, ventilação e organização, demonstrando zelo com o espaço institucional.
- Acessibilidade parcial presente nos banheiros e áreas internas, indicando esforço inicial de adequação às normas.
- Disponibilidade de computadores com internet e impressoras, permitindo registros técnicos e administrativos.

Pontos Fracos:

- Falta de acessibilidade total nas unidades, com ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e adequações arquitetônicas, o que limita o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Carência de salas adequadas para atendimentos individuais, comprometendo a privacidade e a confidencialidade, além de espaços precários para atividades coletivas, essenciais para a execução dos serviços ofertados;
- Horário de funcionamento restrito, muitas vezes em período parcial, o que reduz o acesso dos usuários e contraria as orientações técnicas do SUAS;
- Ausência de veículos nas unidades, dificultando a realização de visitas domiciliares, ações de busca ativa e acompanhamento territorial;
- Falta de prontuários físicos do SUAS, o que tem levado ao uso de instrumentais inadequados, prejudicando o registro e o acompanhamento sistemático das famílias e indivíduos atendidos.

Em síntese, os CREAS da Regional de Porto Velho enfrentam desafios significativos, porém com maior gravidade, considerando que são unidades voltadas ao atendimento de situações de violação de direitos e requerem estrutura física e organizacional condizente com a complexidade das demandas. As limitações identificadas impactam diretamente a capacidade de oferta de um serviço humanizado, sigiloso e resolutivo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da gestão municipal para assegurar condições adequadas de infraestrutura, acessibilidade, recursos materiais e apoio logístico, de modo a garantir que a Proteção Social Especial cumpra plenamente seu papel de restabelecimento de direitos e reconstrução de vínculos sociais e familiares.

3.2. Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que aproximadamente 66% dos CREAS analisados apresentavam quadro de pessoal insuficiente e 33% foram avaliados como suficientes, refletindo diretamente na qualidade e regularidade da oferta dos serviços. Essa constatação decorre, principalmente, do déficit de orientadores sociais, o que tem gerado sobrecarga das equipes técnicas, obrigadas a acumular atribuições. Além disso, em parte dos municípios da regional, foi identificada a ausência de profissionais de ensino superior para a condução das atividades especializadas, o que compromete o acompanhamento técnico qualificado das famílias e indivíduos atendidos.

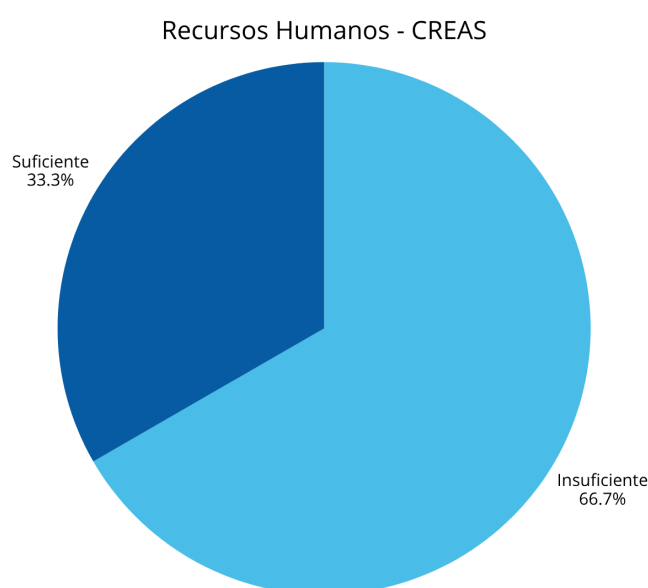


Gráfico 11

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Durante o monitoramento, chamou a atenção a situação de um CREAS que, mesmo classificado com quadro “suficiente”, relatou insuficiência de pessoal frente à alta demanda municipal. Segundo dados do RMA (Registro Mensal de Atendimentos), em dezembro de 2024, apenas a unidade da capital acompanhava 545 famílias, número quase onze vezes superior ao recomendado pela NOB/SUAS-RH (2011) — que prevê até 50 famílias para municípios em gestão básica e 80 para gestão plena. Essa discrepância demonstra uma realidade de sobrecarga extrema, que impacta a qualidade do atendimento e compromete a saúde mental e física dos trabalhadores, evidenciando a urgência de redimensionamento das equipes e contratação de novos profissionais para equilibrar a demanda com a capacidade operacional dos serviços.

Entretanto, é importante considerar que esse número elevado também pode estar relacionado à ausência de desligamento de famílias já cadastradas, o que

contribui para inflar os dados de atendimento. Ainda assim, mesmo levando essa hipótese em conta, a disparidade expressiva entre o número ideal e o número real de atendimentos serve como um alerta para a situação atual, indicando a urgência de medidas cabíveis para melhorar essa situação.

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo, coordenação e recepção, garantindo a execução mínima do PAEFI.
- Presença de estagiários e apoio administrativo, contribuindo para atividades complementares e suporte técnico.
- Comprometimento dos profissionais com acolhimento, escuta e organização dos atendimentos, observado durante o monitoramento.

Pontos Fracos:

- Ausência de equipes completas, com falta de profissionais exigidos no quadro mínimo (advogados e orientadores sociais), o que gera desequilíbrio na distribuição de tarefas, sobrecarga funcional e ausência da oferta de ofertas fundamentais como a orientação jurídico-social;
- Falta de educação permanente, capacitação inicial e formação continuada das equipes, descumprindo normativas e impactando a qualidade técnica das ações, agravada pela alta rotatividade de profissionais;
- Necessidade de contratação efetiva de pessoal e, em caráter excepcional, por meio de processos seletivos, garantindo a continuidade da oferta pública e a estabilidade das equipes.

Em conclusão, a análise dos recursos humanos dos CREAS da Regional de Porto Velho revela que o principal desafio está na manutenção de equipes completas, capacitadas e estáveis. A insuficiência de profissionais, somada à ausência de formação continuada, compromete tanto a efetividade do trabalho social quanto a continuidade dos acompanhamentos. A sobrecarga identificada não apenas reduz a qualidade dos atendimentos, mas também ameaça a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da política de gestão do trabalho no SUAS, com foco em planejamento de pessoal, valorização profissional e educação permanente, assegurando condições dignas de trabalho e uma oferta qualificada dos serviços socioassistenciais.

3.3. Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Porto Velho, identificou-se que 66% dos CREAS apresentaram o PAEFI com equipe e estrutura avaliadas como suficientes, enquanto 33% foram classificados como insuficientes, revelando que, embora a maioria das unidades consiga manter a oferta do serviço dentro dos parâmetros mínimos, ainda persistem desafios importantes que comprometem a qualidade e a efetividade do atendimento.

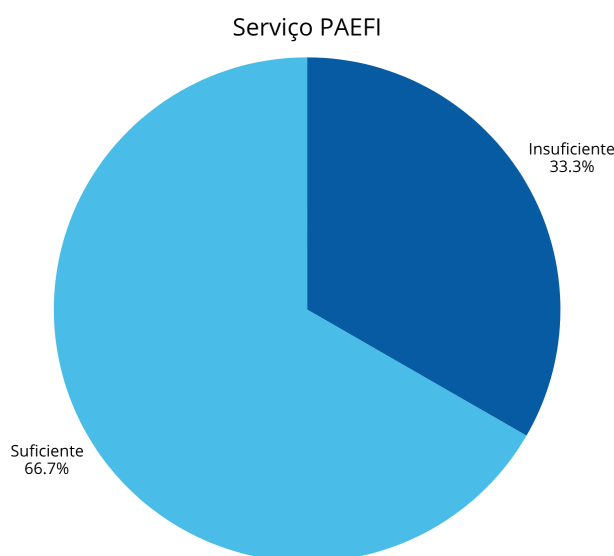


Gráfico 12

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos observados:

Pontos Fortes:

- A equipe demonstra conhecimento técnico e engajamento na execução do serviço e no atendimento dos usuários.
- Realização de acolhimento qualificado, orientação, escuta e encaminhamentos estruturados, preservando a natureza protetiva do serviço.
- Uso, em alguns equipamentos, do Prontuário SUAS, o que indica alinhamento às normativas e cuidado com o acompanhamento.
- Atenção a públicos diversos em situação de violação de direitos, incluindo violência física, psicológica, negligência, abuso sexual, e situações envolvendo crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Pontos Fracos:

- Fragilidade na utilização dos instrumentos técnicos – Foi constatado que o uso do Prontuário SUAS, essencial para o registro e acompanhamento qualificado das famílias, ainda ocorre de forma parcial em alguns CREAS. A falta de preenchimento contínuo e sistematizado compromete o planejamento das ações e o monitoramento das situações acompanhadas.
- Ausência de orientação jurídico-social – a ausência do profissional jurídico impede que o atendimento jurídico-social seja plenamente executado, limitando o acesso das famílias a orientações e encaminhamentos adequados sobre seus direitos.
- Articulação intersetorial fragilizada – Verificou-se dificuldades na articulação com as políticas setoriais e na efetivação da referência e contrarreferência com os equipamentos da rede SUAS, o que dificulta o encaminhamento e acompanhamento integrado dos casos.

De modo geral, o PAEFI na regional de Porto Velho demonstra avanços na consolidação da oferta e na manutenção de equipes técnicas capacitadas, contudo, ainda requer investimentos contínuos na contratação e qualificação profissional, na utilização plena dos instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. O fortalecimento desses aspectos é essencial para garantir que o serviço cumpra integralmente sua função protetiva e promova respostas mais efetivas às situações de violação de direitos acompanhadas nos CREAS.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Porto Velho, os dados do monitoramento indicaram que 33% dos serviços avaliados foram classificados como irregulares, 33% como suficientes e 33% como superiores, refletindo um cenário de heterogeneidade na execução do serviço entre os municípios.

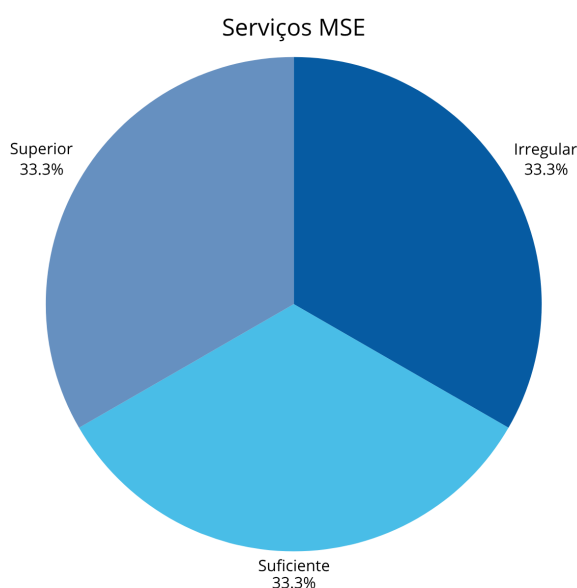


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Atendimento das demandas de visitas domiciliares de maneira contínua, mesmo com equipe reduzida.
- Realização de orientação e encaminhamento aos adolescentes, assegurando o caráter socioeducativo e protetivo.
- Comprometimento da equipe com o cumprimento das medidas, mesmo com desafios estruturais.

Pontos Fracos:

- Entre as principais fragilidades identificadas, destaca-se o descompasso na articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), uma vez que algumas equipes relataram que, embora exista demanda municipal, os encaminhamentos do Judiciário não estão chegando ao CREAS, prejudicando a execução da medida.
- Também foi observada a necessidade de fortalecer a articulação com as demais políticas públicas, garantindo que as atividades direcionadas aos adolescentes em cumprimento de MSE sejam efetivamente educativas e promotoras de desenvolvimento pessoal, evitando situações que possam expô-los ou gerar constrangimentos

O serviço de MSE na regional de Porto Velho demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências bem sucedidas em parte dos municípios. No entanto, torna-se imprescindível investir na articulação interinstitucional com o Judiciário e demais órgãos do SGD, bem como na integração com políticas educacionais, de qualificação profissional e de convivência comunitária. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos

específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Porto Velho, o monitoramento identificou que 66% unidades apresentaram avaliação irregular e 33% foi classificada como superior, revelando que, embora existam experiências positivas, a execução do serviço ainda enfrenta entraves estruturais e operacionais que comprometem sua efetividade.

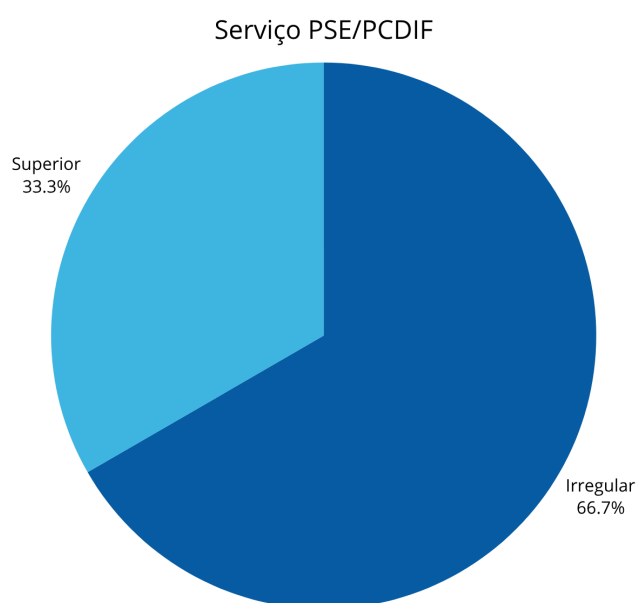


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Atendimento especializado realizado pela equipe técnica, garantindo orientação, escuta qualificada e encaminhamentos.
- Realização de visitas domiciliares, ainda que parciais, assegurando vínculo e acompanhamento no território.

Pontos Frágeis:

- Inexistência de planejamento estruturado para a execução do serviço: a ausência de um plano de ação específico tem comprometido a continuidade e

a qualidade das ofertas, resultando em atuação desorganizada e pouco direcionada.

- Atuação da equipe pouco definida: a indefinição de papéis e responsabilidades dentro da equipe técnica reflete-se em ações pontuais e sem sistematicidade, limitando o alcance das metas de proteção e acompanhamento.
- Pouca articulação entre CREAS e Centro-Dia: em unidades onde o serviço é ofertado por meio do Centro-Dia, observa-se baixa integração com a equipe de referência do CREAS, o que enfraquece a atenção integral e o acompanhamento familiar.
- Referência e contrarreferência fragilizadas com a rede socioassistencial: a comunicação insuficiente entre serviços e a falta de fluxos consolidados de encaminhamento e retorno reduzem a efetividade do acompanhamento e o acesso das famílias a outros atendimentos complementares.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Porto Velho apresenta um funcionamento ainda insatisfatório em grande parte das unidades, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intra rede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Porto Velho, o monitoramento indicou que 33% das unidades foram classificadas como irregulares, 33% insuficientes e 33% suficientes, demonstrando uma execução ainda desigual e, em muitos casos, marcada por baixa qualidade e fragilidade operacional. Essa situação revela dificuldades na

consolidação do serviço enquanto estratégia contínua e articulada de proteção social nos territórios.

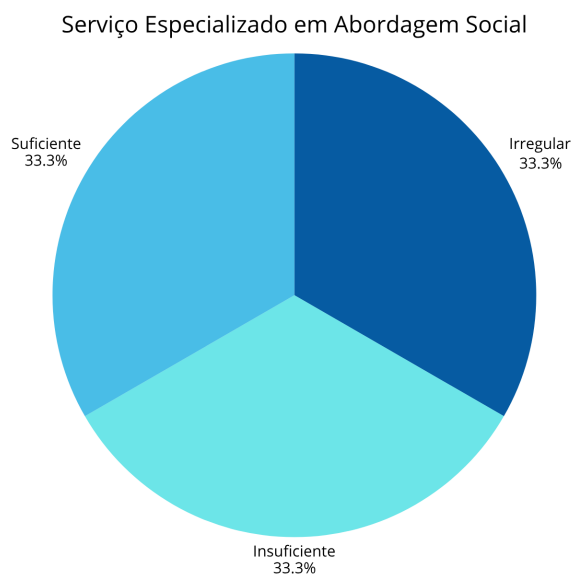


Gráfico 14

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Atuação da equipe do Centro POP nas abordagens, mesmo que esporádicas, demonstrando presença territorial.
- Realização de ações protetivas no território dos municípios, ainda que de forma parcial.

Pontos Frágeis:

- Ações pulverizadas e de baixa periodicidade: as abordagens têm ocorrido de forma pontual e fragmentada, sem regularidade suficiente para garantir acompanhamento efetivo das pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Ausência de equipe específica para a execução das abordagens: a inexistência de profissionais designados exclusivamente para o serviço compromete a continuidade das ações e o alcance territorial. Em algumas unidades, a falta de orientadores sociais agrava o problema.
- Necessidade de fortalecer a proteção social proativa: é fundamental que o serviço atue de forma preventiva e contínua, aproximando-se dos territórios e identificando precocemente situações de risco, em vez de agir apenas de forma reativa diante das demandas já instaladas.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado em Abordagem Social na regional de Porto Velho ainda se encontra em processo de consolidação, necessitando de fortalecimento técnico e operacional para garantir sua efetividade. A baixa regularidade das ações, somada à ausência de equipes específicas, limita o alcance da proteção social e a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade presentes nos territórios. O fortalecimento da proteção social proativa, com equipes estruturadas, planejamento sistemático e articulação permanente com o CREAS e demais serviços da rede SUAS, é fundamental para que o serviço cumpra plenamente sua função de assegurar o acesso à cidadania e à dignidade às pessoas em situação de rua e em risco social.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve ofertar acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada com o CREAS e o Centro POP, quando existente, para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Porto Velho, o monitoramento apontou que 66% dos serviços foram classificados como insuficientes e 33% como regulares, indicando sérias limitações na capacidade de atendimento e na estrutura ofertada aos usuários. Esse cenário reflete a necessidade de ampliação da cobertura e da qualidade do serviço, especialmente diante da crescente demanda de pessoas em situação de rua na capital e em municípios adjacentes.

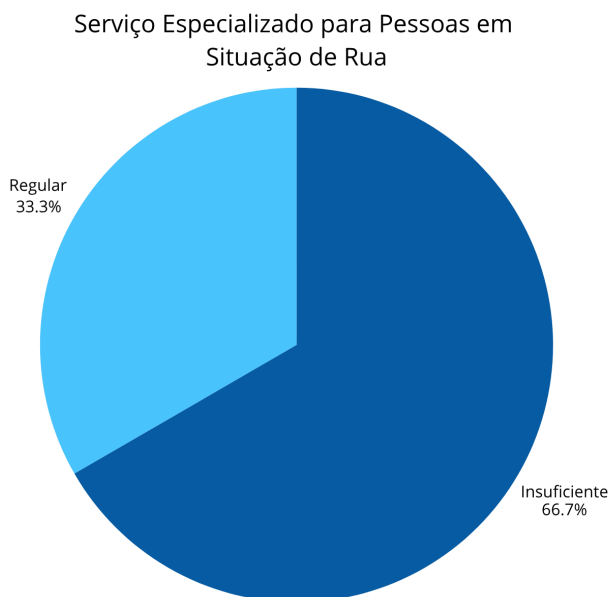


Gráfico 15

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Existência do Centro POP na regional, que apresenta condições adequadas para o desenvolvimento do serviço especializado.
- Oferta de atividades coletivas, oficinas, palestras e apoio socioassistencial, garantindo atenção qualificada aos usuários.
- Disponibilização de higienização, guarda de pertences, alimentação e encaminhamentos, assegurando dignidade e respeito aos usuários.

Pontos Frágeis:

- Oferta limitada do serviço: faltam condições adequadas de alimentação, higiene pessoal e guarda de pertences, o que compromete a função protetiva e a dignidade dos atendimentos.
- Improvisação na execução do serviço: em diversos municípios, a ausência de Centros POP faz com que o atendimento a pessoas em situação de rua ocorra de forma improvisada nos CREAS, sem infraestrutura ou equipe específica para esse público.

- Fragilidade na articulação com a rede socioassistencial: a falta de estrutura adequada enfraquece o vínculo com os serviços do SUAS e compromete a efetividade das ações de inclusão social, proteção e acompanhamento contínuo.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua na regional de Porto Velho enfrenta desafios estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A ausência de espaços adequados e de recursos essenciais, como alimentação e higiene, inviabiliza o cumprimento pleno de seus objetivos. É urgente fortalecer a política de atenção à população em situação de rua, com investimentos em infraestrutura, ampliação de equipes especializadas e consolidação de unidades de Centros POP, garantindo condições para uma atuação humanizada, contínua e alinhada às diretrizes nacionais da assistência social.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Porto Velho, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, idosos, mulheres em situação de violência, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade social extrema. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favorece a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Porto Velho, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Porto Velho considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes

de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários.

Dos oito equipamentos avaliados, 25% foram classificados como insuficientes, apresentando limitações estruturais significativas que comprometem a oferta dos serviços; 50% foram consideradas suficientes, atendendo minimamente aos parâmetros estabelecidos; 12,5% obteve classificação regular; e 12,5% foi classificada como superior, demonstrando estrutura adequada, organizada e com boas práticas de manutenção e ambientação.

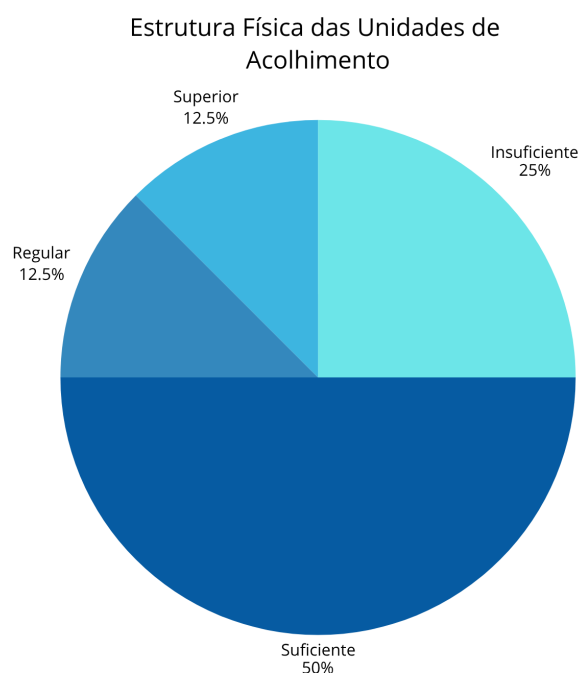


Gráfico 16

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Edificações em formato de residência, favorecendo ambientação próxima ao modelo de acolhimento familiar, conforme parâmetros nacionais. Esse formato contribui para maior sensação de segurança e pertencimento para crianças e adolescentes.
 - Ambientes amplos, climatizados e organizados, com quartos grandes, salas de coordenação e salas específicas para equipe técnica e atendimentos psicossociais.
- A climatização e organização dos espaços qualificam o cotidiano, o descanso

e o acompanhamento técnico.

- Presença de recepção, sala administrativa e sala pedagógica dedicada ao suporte escolar e registro de atendimentos. Esses espaços fortalecem fluxos internos e a organização da rotina de acolhimento.
- Existência de berçário estruturado, com climatização adequada, número suficiente de berços e espaço organizado. O berçário estruturado assegura condições adequadas ao cuidado e proteção integral de crianças pequenas.
- Quartos diferenciados por faixa etária e gênero, incluindo ambientes de uso coletivo como sala de TV, brinquedoteca e área de convivência. A setorização contribui para a privacidade, convivência organizada e fortalecimento dos vínculos.
- Cozinha e lavanderia equipadas, salas de jantar com mesas e cadeiras suficientes e serviços complementares que asseguram funcionamento diário. A infraestrutura favorece higiene, alimentação adequada e manutenção da rotina institucional.
- Ambientes limpos e bem cuidados durante o monitoramento, incluindo áreas de circulação, dormitórios e espaços administrativos. A manutenção adequada demonstra zelo institucional e atenção à ambiência protetiva.
- A existência de espaço externo amplo, como varandas, áreas ventiladas, piscina ou ambientes para recreação. Esses espaços ampliam possibilidades de convivência, lazer e atividades coletivas.
- Salas e mobiliários adequados, incluindo guarda-roupas, áreas ventiladas e biblioteca com espaço para computador. Essa estrutura fortalece processos educativos e contribui para o desenvolvimento dos acolhidos.
- Unidades que funcionam 24 horas, com acessibilidade total em algumas delas e número adequado de quartos conforme Normas Técnicas. A conformidade com normas e o funcionamento contínuo garantem proteção integral e atendimento ininterrupto.

Pontos Fracos:

- Unidades com aspecto institucionalizado, sem características residenciais adequadas, o que contraria o princípio de acolhimento em ambiente familiar e humanizado.

- Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, comprometendo o acesso e a permanência digna dos usuários.
- Condições de insalubridade em alguns espaços no período do monitoramento, indicando necessidade de investimentos em limpeza, manutenção e reformas estruturais.
- Escassez de materiais culturais, esportivos e pedagógicos, o que limita o desenvolvimento de atividades integrativas e socioeducativas voltadas ao bem-estar e fortalecimento de vínculos dos acolhidos.

De modo geral, os resultados indicam avanços pontuais em parte das unidades, mas também revelam desigualdades na infraestrutura entre os serviços, reforçando a necessidade de investimentos contínuos na manutenção, acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Porto Velho, o monitoramento revelou um quadro de significativa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Considerando o total de oito unidades avaliadas, 12,5% foi classificada como irregular; 50% foram consideradas insuficientes, com carência de profissionais em funções essenciais, como cuidadores, orientadores sociais, assistentes sociais e psicólogos; 12,5% obteve classificação regular, apresentando equipe adequada; e apenas 25% alcançaram o nível superior, com quadro técnico completo e atuação satisfatória.

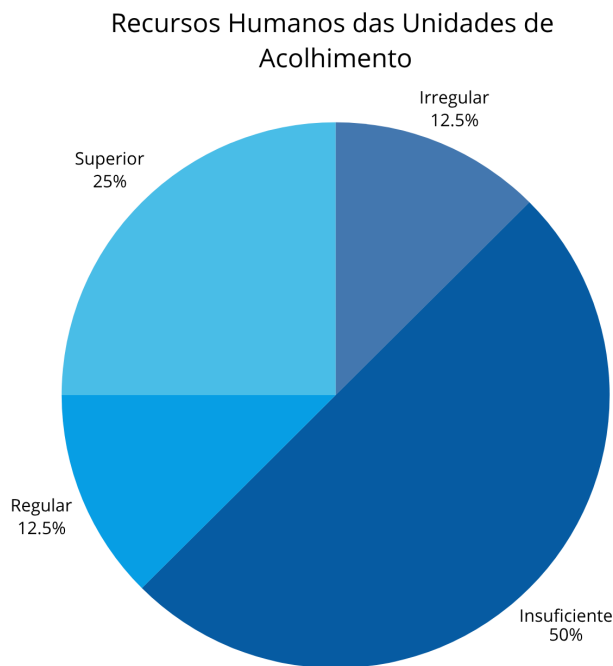


Gráfico 17

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dos principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Presença de equipe de referência composta por coordenador, cuidadores, educadores sociais e equipe de apoio, garantindo cobertura assistencial contínua. O quantitativo e a diversidade de profissionais fortalecem a rotina e garantem atenção integral aos acolhidos.
- Escala de cuidadores nos finais de semana e funcionamento diário, assegurando cuidado permanente e adequado ao perfil de alta complexidade. Essa continuidade é fundamental para estabilidade emocional e suporte diário às crianças e adolescentes.
- Profissionais de nível médio com atuação constante, mantendo rotinas de cuidado, organização e acompanhamento cotidiano. A presença contínua desses trabalhadores é essencial para o funcionamento da unidade.
- O atendimento periódico de psicólogo e pedagogo, ainda que parcial, reforça o amparo técnico às demandas emocionais, educacionais e familiares dos acolhidos. Mesmo com frequência reduzida, essa presença contribui para intervenções qualificadas e mais alinhadas às necessidades dos usuários.

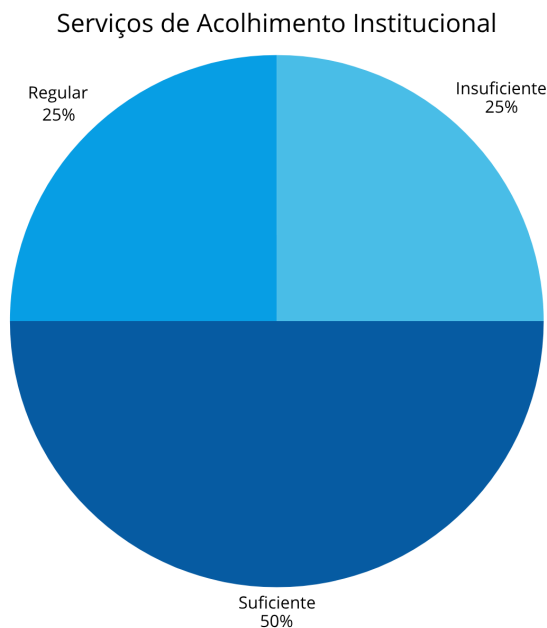
Pontos Fracos:

- Ausência de equipe técnica de referência completa nas unidades, o que compromete a realização do trabalho social e o acompanhamento qualificado dos usuários acolhidos.
- Necessidade de capacitação dos cuidadores, com foco no fortalecimento das competências socioafetivas e no trabalho articulado com a equipe técnica de referência, visando aprimorar o cuidado e a convivência no espaço institucional.
- Confusão de funções entre cuidadores e auxiliares de cuidadores, observando-se situações em que os cuidadores executam tarefas de apoio, o que indica a necessidade de melhor definição de papéis e reorganização das atribuições.
- Fragilidade na educação permanente, evidenciando a importância de fortalecer momentos de formação continuada, reuniões técnicas e estudos de caso para aprimorar o desempenho das equipes

De forma geral, o cenário aponta para a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento das equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço de caráter humanizado, ético e qualificado.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Porto Velho, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total de oito unidades avaliadas, 25% foram classificadas como insuficientes, 50% como suficientes, e 25% como superiores, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

**Gráfico 18**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Pontos fortes:

- Equipe técnica empenhada, oferecendo acolhida, escuta qualificada e atendimento psicossocial individualizado. A dedicação dos profissionais fortalece vínculos e melhora a resposta institucional às demandas dos acolhidos.
- Articulação com famílias realizada por meio de mensagens, visitas domiciliares e atendimentos psicossociais, assegurando a manutenção dos vínculos familiares. Esse acompanhamento é fundamental para reintegração familiar e fortalecimento emocional.
- Atendimento diferenciado para adolescentes de ambos os gêneros, com sensibilidade às demandas específicas de cada grupo. A personalização das ações contribui para segurança, confiança e continuidade no cuidado.

Pontos fracos:

- Descumprimento ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno

ao convívio familiar sempre que possível.

- Atuação parcial da equipe técnica de referência, limitando-se a produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, sem atuação no planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Papel socioafetivo do cuidador fragilizado, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

Pontos Fortes:

- A Equipe demonstra empenho em prestar atendimento de qualidade, com atenção personalizada às necessidades dos idosos. O envolvimento dos profissionais qualifica o cuidado e reforça a proteção social.
- Diversas parcerias com instituições e profissionais, ampliando acesso a atendimento médico, terapêutico e gerontológico. Essas articulações aumentam a resolutividade e favorecem o bem-estar dos usuários.
- Investimentos contínuos na expansão da infraestrutura, em algumas unidades, incluindo melhorias nos espaços e aquisição de equipamentos. A ampliação física demonstra compromisso institucional com padrões de qualidade.

Pontos Fracos:

- Ausência do aspecto socioassistencial no atendimento do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Necessidade de fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

Pontos fortes:

- Acolhida inicial qualificada, realizada por educadores sociais e complementada pela equipe técnica. Esse fluxo favorece proteção imediata, sigilo e sensação de segurança.
- Equipe técnica integrada e atuante, oferecendo atendimento personalizado, orientações e escuta qualificada. A integração profissional possibilita intervenções mais completas e humanizadas.
- Encaminhamentos estruturados para documentação, políticas públicas, rede de apoio e fortalecimento emocional. Tais ações ampliam autonomia, cidadania e condições para superação das situações de violência.
- Adoção de medidas de proteção e sigilo, alinhadas às normativas nacionais de acolhimento de mulheres. O cuidado com a segurança reforça a proteção integral e evita reexposição ao risco.

Pontos fracos:

- Ampliar a articulação com projetos de inserção social produtiva e geração de autonomia, promovendo a reconstrução de trajetórias e a independência das usuárias após o período de acolhimento.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

Pontos Fortes:

- Estrutura física adequada, com ambientes organizados, ventilados e capazes de receber diferentes perfis (imigrantes, famílias e indivíduos). As condições materiais contribuem para um acolhimento digno e proteção imediata.
- Fluxo básico de acolhimento estruturado, garantindo recepção, acomodação e identificação inicial das demandas dos usuários. Esse fluxo assegura organização e direcionamento adequado das ações subsequentes.
- Acolhimento inicial realizado com cuidado, priorizando proteção, escuta e suporte emergencial. A prática fortalece a relação de confiança e favorece o atendimento subsequente.

Pontos Fracos:

- Necessidade de fortalecer as ações de articulação com políticas de qualificação profissional e inclusão produtiva, contribuindo para a autonomia e reinserção social das famílias acolhidas.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Porto Velho tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Porto Velho evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.